

# Inércia e *políticas* de renda\*

**MARCELO NERI**

*Chefe do Centro de Políticas Sociais da FGV*  
mcneri@fgv.br

**O HIATO TEMPORAL ENVOLVIDO NO ATAQUE À DESIGUALDADE INERCIAL É SUPERIOR AO MANDATO DOS POLÍTICOS, EXIGINDO POLÍTICAS DE RENDA E METAS SOCIAIS DE LONGO PRAZO**

O Brasil foi o recordista mundial de inflação no período 1973-1994, superando inclusive a Argentina, nossa eterna rival neste campo. Em bases médias anuais, eis o placar: Brasil 127% *versus* Mundo 17%. Uma das principais causas da goleada brasileira é a nossa crônica capacidade de acomodar conflitos. Cada agente, na tentativa de se defender da inflação através do reajuste periódico e automático de sua respectiva renda, acabava por perpetuar a inflação de todos. Esta é a essência da inércia inflacionária.

No livro “30 anos de indexação,” publicado em 1995, Mário Henrique Simonsen estudou a mais longa experiência ininterrupta de indexação então em operação. Simonsen entendia melhor do que ninguém o papel das políticas de renda no Brasil. Ele diz no livro que a principal característica da indexação tupiniquim era o seu caráter compulsório.

Outra característica era a sua generalidade, que afetava não só todos os preços-chave da economia (câmbio, tarifas públicas, etc.), mas toda a distribuição de salários. Existiam cláusulas oficiais de indexação para todos os níveis salariais privados. Uma espécie de amarra distributiva institucionalizada que não resolvia conflitos ou diferenças. Uma tentativa frustrada de amenizar as conseqüências da convivência com a inflação que autopropagava a inflação. Simonsen foi buscar na teoria dos jogos, quando esta era desconhecida dos brasileiros, a teoria geral por trás da armadilha que transformava a inflação presente em inflação futura.

A principal tecnologia aqui desenvolvida no combate ao ciclo vicioso da inflação foi a busca de intervenções diretas no processo de formação de preços e salários. O objetivo deste tipo de política de renda era romper com a correia de transmissão da inflação, sem afetar o *status quo* da distribuição de renda. Até porque se a tentativa fosse atacar os dois problemas simultaneamente, seria um duplo fracasso. Desse tipo de enfoque surgiram prescrições de políticas que culminaram no plano Real. Simonsen não foi um dos pais do Plano Real, foi o avô.

O Plano Real foi antecedido de uma fase em que foi introduzida uma moeda (quase) perfeitamente indexada.

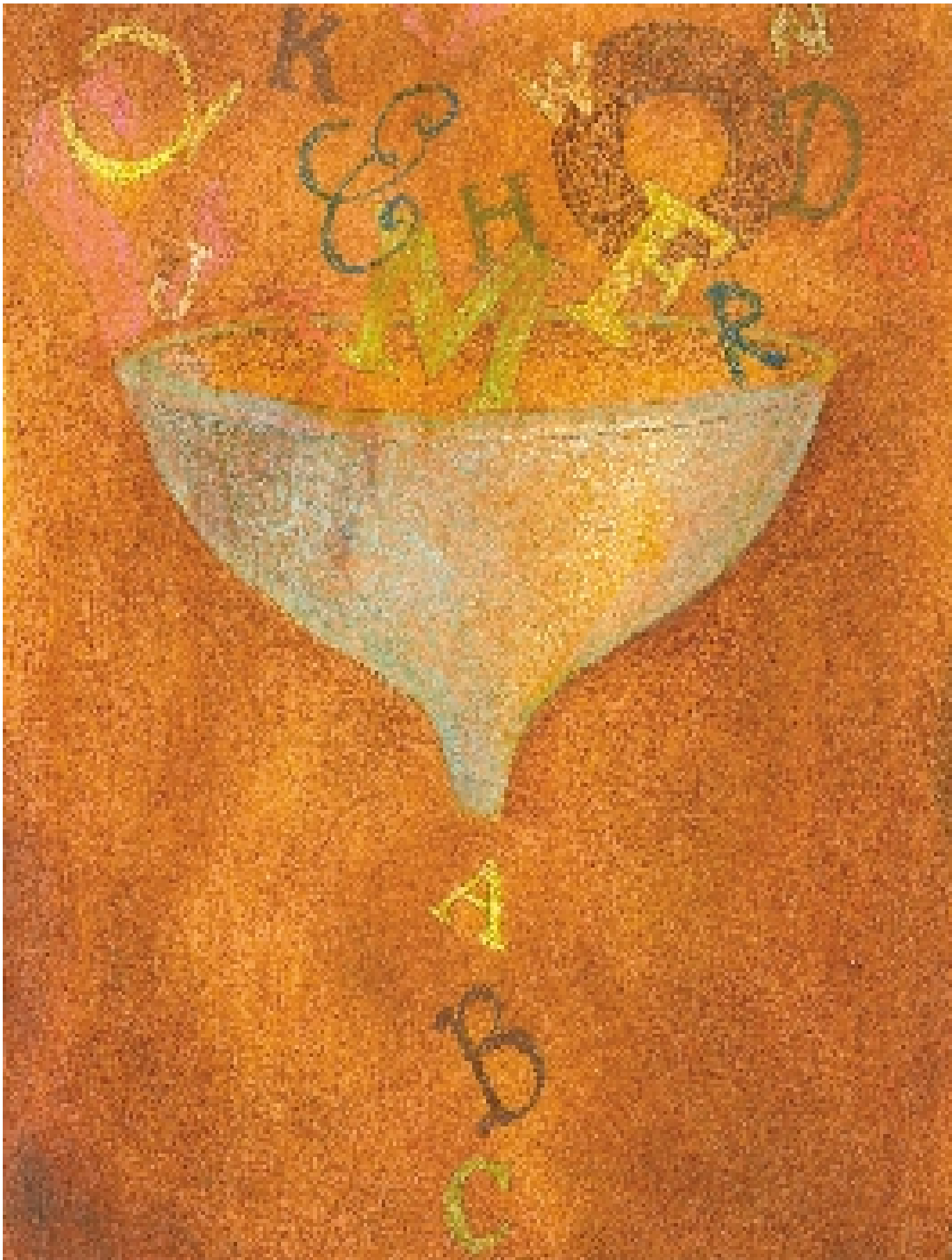
A idéia foi reproduzir artificialmente o que acontece num processo de hiperinflação sem ter de passar por uma, embora tenhamos nos aproximado bastante do feito.<sup>1</sup> O aumento da freqüência de reajustes elimina a inércia inflacionária, facilitando a estabilização, quando os preços estão sincronizados em uma moeda alternativa, a URV aqui, ou o dólar nas hiperinflações, basta fixar a taxa de câmbio para cessar a inflação. O objetivo era evitar o longo e custoso caminho de combater a inflação alta através da recessão, embora Simonsen sempre frisasse a importância de políticas monetária e fiscal austeras.

Os gráficos apresentam a distribuição de freqüências da taxa de variação dos salários nominais no setor formal da economia durante alguns meses de 1994, quando o Plano Real foi aplicado. O objetivo é fornecer em detalhe microeconômico o processo de entrada e saída da moeda indexada (URV), regida pela dupla fase de implantação do Plano Real. O aspecto que mais salta aos olhos é a acumulação da massa de reajustes nominais de salários em torno de uma faixa positiva no período de inflação alta, quando a URV passou a vigorar. Esta é uma medida da adesão à moeda indexada.

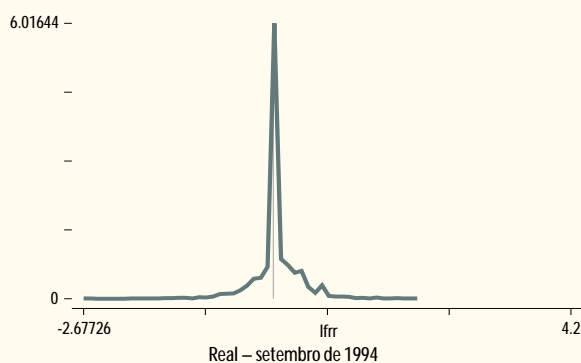
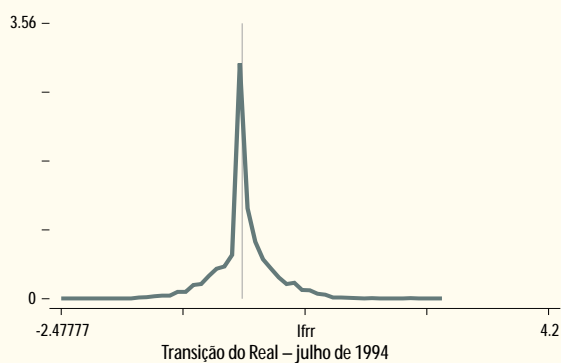
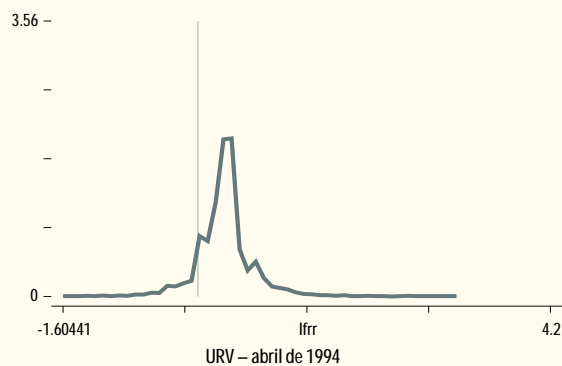
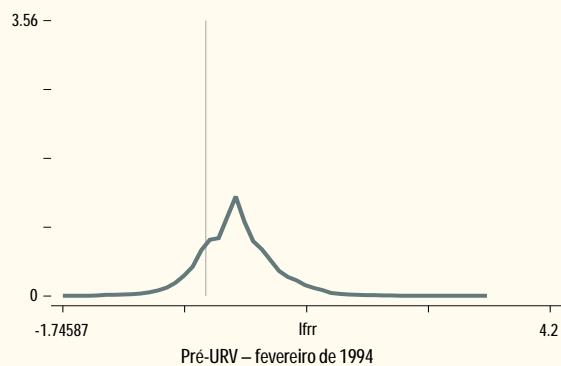
Nos meses anteriores, em janeiro e fevereiro, observamos alguma concentração de massa no ponto de reajuste nominal zero (a reta vertical). Já nos meses pós-URV, de julho de 1994 em diante, observamos forte aumento da concentração de massa no ponto de reajuste nominal zero, fruto da baixa da inflação e da introdução do real em substituição à duplicidade monetária anteriormente observada.

Esta sofisticada tecnologia de combate à inflação é de origem brasileira. Simonsen foi, provavelmente, o seu maior conhecedor, tanto na teoria como na prática. Falta agora aplicar essa engenhosidade, observada nas políticas de renda, a outros persistentes problemas brasileiros.

**A desigualdade inercial** — Hoje ocupamos o topo do *ranking* mundial da desigualdade de renda. O que impressiona nas nossas séries históricas é não só o nível, mas a persistência da desigualdade, inalterada desde os anos 1960. A inércia da desigualdade de renda brasileira é muito mais forte do



## DISTRIBUIÇÃO DOS REAJUSTES NOMINAIS MENSAIS DE SALÁRIO (EM %)



Fonte: Microdados PME-IBGE.

que a da inflação. A inflação inercial era um fenômeno de no máximo bases anuais, enquanto a desigualdade inercial se transmite ao longo de gerações.

Mais uma vez, pelo menos parte das causas da desigualdade parece estar nas políticas de rendas fixadas e financiadas pelo Estado. Ricardo Paes de Barros do Ipea disse, certa vez, que o efeito distributivo dos gastos sociais brasileiros era pior do que aquele obtido ao se jogar dinheiro de helicóptero. A analogia se refere ao nível de desperdício e à falta de foco inerentes aos referidos processos.

Como na luta contra a inflação, é preciso desindexar a desigualdade, romper com o passado. Como quando se concede maiores reajustes dos benefícios sociais para os mais pobres. É verdade ainda que a adoção de políticas de renda alternativas, por si, não resolve nem os fundamentos da estabilidade, nem os da equidade. O que vai determinar em última instância a estabilidade de preços são políticas fiscal e externa equilibradas ao longo do tempo. Da mesma forma que mudanças sustentáveis da distribuição de renda exigem alterações na distribuição da riqueza entre indivíduos.

A adoção de políticas de rendas pode acelerar o processo, o que é ainda mais crucial no caso da desigualdade do que no da inflação. O processo de redistribuição de riqueza opera de forma lenta. Por exemplo, o investimento em educação, principal determinante observável das disparidades de renda, demora décadas para maturar. O papel acelerador

das transferências de renda deve ser combinado com o uso de incentivos à acumulação de capital pelos pobres para que a direção dos novos fluxos de renda seja consistente com a situação desejada para os estoques no longo prazo. O bolsa-escola procura fazer justamente isso em relação ao capital humano.<sup>2</sup>

A defasagem temporal envolvida no ataque à desigualdade é superior ao mandato dos políticos. O que o Estado pode fazer, além de propiciar aumento dos ativos produtivos dos pobres, é adotar políticas de renda socialmente inteligentes e atuar como coordenador do processo. Este descasamento de prazos e a complexa natureza política do problema exigem que a bandeira contra a desigualdade seja encampada por toda a sociedade, caso contrário continuaremos deitados em berço esplêndido. Neste sentido a adoção de metas explícitas de redução de pobreza pode desempenhar papel central no ataque frontal à miséria, como elemento coordenador, disciplinador e motivador. ■

<sup>1</sup>Este artigo reproduz palestra intitulada "Income Policies" como parte da Mário Henrique Simonsen Lecture, apresentada no Latin-American Meeting da Econometric Society, realizada na EAESP/FGV em agosto de 2002.

<sup>2</sup>Segundo a definição clássica de Cagan, um episódio de hiperinflação corresponderia a mais de seis meses com inflação superior a 50% mensais.

<sup>3</sup>Eduardo Suplicy, certamente o maior defensor de renda mínima no país, atribui a autoria da idéia do Bolsa-escola a José Márcio Camargo. Outro exemplo da inventividade brasileira em políticas de renda. (Ver o artigo "O Máximo da Renda Mínima", publicado na *Conjuntura Econômica* de abril último).